



LEI Nº 1720 DE 4 DE JANEIRO DE 1962.

Autor: Deputado Licínio Monteiro

Dá nova redação a Lei nº 1 490
de 14 de novembro de 1960.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado decreta e eu promulgo nos termos do parágrafo 2º do artigo 16, da Constituição do Estado, a seguinte lei:

Artigo 1º - Os membros do Conselho Penitenciário recebem por sessão a que compareçam, até o máximo de cinco (5) sessões por mês, uma gratificação de Cr\$ 2 000,00 por sessão.

Artigo 2º - O Secretário do Conselho receberá por mês uma gratificação de Cr\$ 4 000,00 (quatro mil cruzeiros)

Artigo 3º - Fica estabelecido em Cr\$ 2 000,00 mensais a função gratificada de auxiliar do Secretário do Conselho, funcionário este que será designado pelo Secretário do Interior, Justiça e Finanças, a pedido do Presidente do Conselho.

Artigo 4º - A despesa decorrente desta lei correrá pela verba própria inscrita no orçamento do Estado.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado, em Cuiabá, 4 de janeiro de 1962.

*Ass. e ss. 12v. e 13.
do livro competente
Em 24/1/62.
Licínio Monteiro*

[Assinatura]
LOURIVAL FONTES
Presidente em exercício